Max Justo Guedes
José E. Mindlin
Eduardo Kneese
Roberto Albuquerque
Gilberto Velho
Maria Beltrão
Lourenço Lacombe
Américo Lacombe
Alcídio Mafra

Max Justo Guedes
José E. Mindlin
[illegible]
[illegible]
[illegible]
Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
[illegible]
Americo Jacobina Lacombe
Alcídio Mafra de Souza

Ata da Centésima Décima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em Sta Catarina em 22.01.85.

As dez horas do dia vinte e dois de janeiro de mil novecentos e oitenta e cinco, no Quartel da Tropa da Fortaleza de Sta Cruz, na Ilha de Anhatomirim, em Sta Catarina, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do Senhor Marcos Vinícios Vilaça, sendo o secretário o senhor Irapoan Cavalcanti de Lyra, presentes os Conselheiros Pedro Calmon, Gilberto Ferrez, José E. Mindlin, Gilberto Velho, Gerardo Britto Raposo da Camara, Diretor do Museu Histórico Nacional, Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Alcídio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes. Ausentes por motivo justificado, os Conselheiros Afonso Arinos de Mello Franco, Max Justo Guedes, Eduardo Kneese de Mello, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Maria da Conceição Beltrão, José Henrique Millan, Diretor do Museu Nacional e Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa. O Presidente abriu a sessão agradecendo, em seu nome e no do Conselho, a oportunidade daquela visita de trabalho à Ilha de Anhatomirim e a honra da presença do Senhor Governador do Estado de Sta Catarina e de tantas figuras graduadas do Estado. Passou a palavra ao Governador para que abrisse oficialmente a reunião. O Governador Espiridião Amim saudou os presentes dizendo de sua satisfação em participar daquela histórica sessão, num dos sítios mais ricos em memória do Estado de Sta Catarina. Manifestou o interesse do Governo no desenvolvimento de projetos culturais destacando o seu interesse particular no

resgate da memória do homem do Contestado. Finalizou agradecendo a presença de todos e desejando que aquele encontro viesse contribuir para a preservação da identidade de Sta Catarina. Desculpando-se por ter outros compromissos retirou-se da reunião. O Presidente deu início aos trabalhos passando a palavra ao Conselheiro Gilberto Ferez, Relator do Processo nº 1.085-T-83, relativo ao tombamento do conjunto de habitação coletiva denominado Av. Rodolfo, localizado à rua Regente Feijó no Rio de Janeiro. O Conselheiro, em seu parecer, louvou a idéia da SPHAN em fazer o levantamento dos conjuntos de habitação coletiva do Rio de Janeiro, dos quais o da Av. Rodolfo era um exemplo. Citando o arquiteto Edgard Jacintho da Silva, da 6ª Diretoria Regional da SPHAN, disse configurar aquele conjunto um "exemplar tipológico de expressiva representatividade como testemunho vivo da dinâmica urbana". Destacou a importância dos conjuntos de habitação coletiva quanto aos aspectos econômicos, sociais, urbanos e arquitetônicos, finalizando por recomendar o tombamento do conjunto da Av. Rodolfo e a continuação do estudo de outros, com vistas ao tombamento. O Presidente colocou a matéria em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado por unanimidade. Passou a palavra, em seguida, ao Secretário do Conselho para que lesse o parecer do Conselheiro Eduardo Kneese de Mello, ausente da Reunião e Relator dos Processos nºs 1.109-T-84 e 1.110-T-84, referentes, respectivamente, ao tombamento do Hotel do Parque S. Clemente, em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro e do conjunto residencial do Parque Guinle, localizado em Laranjeiras, Rio de Janeiro. O Secretário esclareceu que o Conselheiro fizera um só parecer para os dois processos. Acrescentou que, além de reconhecer o valor arquitetônico das duas obras, o Relator destacou o seu valor histórico como importantíssima contribuição à arquitetura brasileira, no momento em que ela se transforma e se liberta, contribuição essa que classificou de definitiva e irreversível. Reportou-se o Relator ao parecer da arquiteta Dora Alcântara, no qual ela diz ser inquestionável o papel de Lúcio Costa na história da arquitetura brasileira, sendo portanto inquestionável a validade do reconhecimento de elementos significativos de sua obra como patrimônio nacional. Finaliza o parecer recomendando o tombamento do conjunto do Parque Guinle e do Hotel do Parque São Clemente. O Presidente colocou a

matéria em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado à unanimidade. Fez uso da palavra o Conselheiro Lourenço Luiz Lacombe, Relator do Processo nº 1.113-T-84, referente ao imóvel denominado Casa Hessel, localizado em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. O Conselheiro iniciou dizendo que o tombamento do imóvel foi impugnado pela empresa dele proprietária sob a alegação de estar o prédio péssimo estado de conservação e não possuir qualquer característica histórica ou artística. Informou haver no processo expediente do Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Novo Hamburgo aconselhando o tombamento. Disse não proceder a impugnação e acatar a opinião do Diretor da DTC da SPHAN, em informação constante do Processo, que considerou o prédio merecedor de proteção por tratar-se de construção típica de colonização alemã, já estando, inclusive, em fase de recuperação. Recomendou o tombamento. O Presidente colocou a matéria em discussão tendo o Conselheiro Gilberto Velho pedido a palavra para sublinhar o fato de ser aquele mais um exemplo em que a avaliação técnica da SPHAN e do Relator coincidem com a iniciativa e o desejo da comunidade. O Presidente colocou o assunto em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado unanimimente. Em seguida manifestou a sua satisfação em passar a palavra ao Conselheiro Aloísio Magalhães de Souza, catarinense, para que relatasse os dois processos da área de Sta Catarina, a saber, o de nº 1.141-T-85, relativo ao tombamento da Casa do Professor e Escola Rural de Timbó, e o de nº 1.136-T-85, relativo ao tombamento do imóvel denominado Casa Rural, localizado na Costeira do Pirajubaé da Ilha, em Florianópolis. O Conselheiro considerou um privilégio estar ali em Sta. Catarina, revendo amigos e pisando outra vez em sua terra. Iniciou pelo Processo 1.136-T-85 (Casa Rural) dizendo tratar-se do que talvez seja um dos últimos testemunhos da atividade rural dos imigrantes açorianos em Sta Catarina. Observou que o tipo de construção está ligado, inequivocamente, ao tipo de economia de subsistência desenvolvida naquela área. Finalizou dizendo marcar a obra o tipo de arquitetura presente no século XVIII, resultado da recriação, no Brasil, de conceitos trazidos pelos colonizadores. Recomendou o tombamento e a tomada de medidas ca-

teladoras de proteção do ambiente em que se situa o imóvel, evitando sua descaracterização. Passando ao Processo nº 1.141-T-85/Escola de Timbó/ disse o Relator que a arquitetura do imigrante, pela significação que encerra, representa valor precioso a ser incorporado ao patrimônio nacional. Acentuou que o presente processo consubstancia talvez, a primeira postulação de tombamento de imóvel que configura a interação entre o imigrante de linhagem germânica e o país que o acolheu. Finalizou recomendando o tombamento. O Presidente colocou os dois pareceres em votação, tendo sido ambos aprovados por unanimidade. O Conselheiro Gilberto Velho pediu a palavra para destacar que através do tombamento da Escola de Timbó e da Casa Chisser o Conselho estava recuperando a importância da contribuição da colonização de origem alemã à constituição da nação brasileira, sem nenhuma marca de discriminação, sem nenhum caráter de qualificação. O Presidente passou a palavra, em seguida, ao Secretário do Conselho para que lesse o parecer do Conselheiro Eduardo Kneese de Mello, ausente da reunião, o Relator do Processo nº 1.124-T-84 relativo ao Casarão do Chá, localizado em Mogi das Cruzes, São Paulo. Em seu parecer, após descrever minuciosamente o imóvel, o Relator enfatizou que seu tombamento vem sendo pedido pela comunidade, apoiada naquela atitude pelas faculdades de arquitetura locais e pela seção do IAB. Finalizou recomendando o tombamento por representar: 1 - um raríssimo exemplar arquitetônico; 2 - um monumento de real valor histórico representante da colaboração de um povo distante, de cultura diferente, que vem enriquecer o patrimônio cultural e especialmente arquitetônico, de nosso país; 3 - a instalação, em Mogi das Cruzes, após preservação e conservação do imóvel, de um museu representativo da contribuição do povo nipônico ao progresso e à riqueza do Brasil. Quanto à área de entorno e condições dos entendimentos a serem feitos com os proprietários, disse estar certo que os técnicos e diretores do SPHAN encaminharão o assunto com a sabedoria de costume. O Presidente colocou a matéria em discussão tendo o Conselheiro José Reindlin pedido a palavra para manifestar o seu entusiasmo pela proposta de tombamento que vem reconhecer a contribuição da imigração japonesa ao desenvolvi-

mento de São Paulo e cujos traços tendem a desaparecer em razão da rápida integração das novas gerações de japoneses aos hábitos brasileiros. Ninguém mais se manifestando, o Presidente colocou a matéria em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado unanimemente. Fez uso da palavra, em seguida, o Conselheiro Glcídio Borja de Souza, Relator do Processo nº. 1131-T-84, referente ao tombamento do Sítio de Sto. Antonio da Bica, localizado em Barra de Guaratiba, no Rio de Janeiro. Em seu parecer o Conselheiro destacou a importância histórica, paisagística, artística e científica do Sítio em apreço, residência do paisagista, arquiteto e artista plástico Roberto Burle Marx. Disse tratar-se de autêntico jardim botânico, fruto exclusivo do talento, esforço e despendimento do seu idealizador. Finalizou recomendando o tombamento do Sítio, constando da Casa de Residência e seus anexos, a Capela, as obras de arte de cantaria e o jipado das plantas. Observou que pelas informações do Processo deverão ser acrescentados ao tombamento, numa segunda etapa, as coleções de arte sacra e popular, as pinturas e desenhos representativos de diferentes fazes digo fases da carreira do artista e as coleções de plantas raras. O Presidente colocou a matéria em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado à unanimidade. Sobre o assunto informou que a Secretaria da Cultura está em fase final de entendimentos com o paisagista Roberto Burle Marx para que o Sítio da Bica se integre ao sistema da Fundação Nacional Pró-Memória, visando à continuidade do trabalho exemplar nele realizado. Em seguida anunciou a presença, no recinto, de Roberto Burle Marx e dos proprietários da Casa Rural, aos quais agradeceu não terem colocado nenhum impedilho ao tombamento dos respectivos imóveis. Passando aos Assuntos Diversos o Presidente informou aos Conselheiros o recebimento de ofícios do Instituto Histórico e Geográfico e do Conselho Estadual de Cultura de Sta. Catarina congratulando-se ambos, com o Conselho, pelo tombamento da Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr e do Centro Histórico de Laguna. Prosseguindo dizendo que na análise da pauta da presente reunião pode-se notar a atenção do Conselho pa

na todas as contribuições que venham influir na formação do caráter nacional brasileiro. Anunciou uma próxima reunião para tratar da localização do Memorial a Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, tendo em vista expediente enviado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro à SPHAN, solicitando o estudo de alternativas de localização do monumento. O Presidente franqueou a palavra a quem dela desejasse fazer uso, tendo o Conselheiro Gilberto Freyre reafirmado a sua preocupação com a localização do Memorial acima referido e solicitado informações sobre a realização da reunião da Comissão encarregada de fazer sugestões sobre a utilização do Paço da Cidade, no Rio de Janeiro, da qual faz parte. O Presidente informou ao Conselheiro, a quem qualificou de benfeitor da cultura brasileira, que diligenciará no sentido de promover o mais breve possível uma reunião da referida Comissão. A respeito do Paço acrescentou que uma das decisões já tomadas pela Secretaria da Cultura é a exclusão da possibilidade do seu aproveitamento para escritório. O Conselheiro Aluízio Napoleão de Souza pediu a palavra para anunciar que o Museu Nacional de Belas Artes está em entendimentos com a Universidade Federal de Santa Catarina para a realização no Campus da mesma, de projeto da Secretaria da Cultura denominado Encontro Machado, que tem como objetivo a preservação da memória literária nacional e que promove debates com escritores e o público, com utilização de vídeo-tape. O Conselheiro Gilberto Velho comunicou que, com o apoio da Secretaria da Cultura do MEC, o Museu Nacional recebeu daquele Ministério recursos para a construção de prédio anexo que deverá abrigar a biblioteca do Museu. Acrescentou que os recursos foram liberados após visita ao Museu do Secretário Geral do MEC juntamente com o Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e outras autoridades. Observou que o Museu deverá se beneficiar grandemente dos novos recursos recebidos. Prosseguiu expressando a sua preocupação, e a de vários Conselheiros, com a questão da localização do Memorial Getúlio Vargas, no que foi apoiado pelo Conselheiro Pedro Calmon. Este declarou que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já manifestou

à SPHAN solicitação de tombamento da área na Av. Rio Branco, no Rio de Janeiro, para à qual foi projetado o Memorial. O Presidente anunciou o lançamento do segundo número da nova fase da Revista digo Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no próximo dia 29, no Rio de Janeiro, e também, na final de fevereiro, do álbum da história d'A Fotografia no Brasil, de autoria de Gilberto Ferrez, em trabalho conjunto da SPHAN e da Funarte. Anunciou ainda a abertura, em breve, do Escritório Técnico da SPHAN em Laguna, Stª Catarina. Agradeceu à Universidade de Stª Catarina o interesse na preservação da Ilha de Anhatomirim, dando uso adequado aos seus monumentos. Agradeceu pessoalmente ao Reitor e ao seu Chefe de Gabinete, Prof. Gilberto Vieira Angela, pelo apoio excepcionalmente generoso em termos de trabalho, equipamentos e dedicação, à realização daquela reunião. Agradeceu, em seguida, ao Governador do Estado e ao seu Secretário da Cultura pela acolhida e apoio oferecidos. Destacou, entre outras, a participação de Armando Gonzaga, grande aliado da SPHAN em Stª Catarina. Nomeou, pela importância de sua colaboração, o Chefe do Escritório Técnico da SPHAN em Stª Catarina, Dalmo Vieira Filho, o Diretor da 10ª Diretoria Regional da SPHAN, Júlio Cortês, e o arquiteto da Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN, Cyro Baptista. Prestou homenagem póstuma ao grande amigo de Stª Catarina, Luís Saia. Agradeceu a presença de autoridades municipais à reunião, entre elas os Prefeitos de Florianópolis, Laguna e Timbó. Pediu licença ao Conselho para dar a palavra ao Prefeito Municipal de Timbó. O Dr. Ingo Gerner dirigiu-se aos Conselheiros enfatizando a importância do tombamento da Escola de Timbó. Disse que aquela ação fez brotar no município o desejo de preservar o que ainda resta da ação dos valorosos imigrantes que não mediram esforços para estabelecer ali uma comunidade hoje reconhecida como modelar. Finalizou agradecendo a ação do Escritório Técnico da SPHAN naquele sentido e dizendo da honra que representou para o município de Timbó a oportunidade que lhe foi oferecida de dirigir algumas palavras ao Conselho.

O Presidente, retomando a palavra, manifestou a satisfação da Secretaria da Cultura com a presença, no recinto, do Gal Antonio Luiz Veneu, personalidade sempre voltada para as questões da educação e da cultura. Agradeceu à DEMEC sua parceria permanente nas ações da Secretaria da Cultura. Prosseguindo deu a palavra ao Reitor da UFSC, Prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, para que encerrasse a sessão. O Reitor saudou os presentes dizendo da imensa satisfação da Universidade em receber, em suas instalações, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Destacou o significado daquela reunião e dos tombamentos nela aprovados, para Sta Catarina. Observou que a ação da Universidade na preservação da Ilha de Anhatomirim e de outros monumentos representa a sua integração cada vez maior com a comunidade. Conclamou a comunidade para que continue alerta em sua contribuição, através dos seus legisladores e órgãos executivos, para a preservação do patrimônio cultural do Estado. Finalizou agradecendo a presença do Conselho Consultivo na Universidade e em Sta Catarina, e aos presentes agradeceu a participação. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a sessão da qual eu, Maria Eugênia Correa Lima, Secretária ad-hoc, lavrei a presente ata, que subscrevo juntamente com o Presidente, demais membros do Conselho e o seu Secretário.

Dr. Marcos
Dr. Irapoan
Pedro Calmon
Gilberto Ferrez
José E. Mendes
Gilberto Velho
Gerardo Camacho
Lourenço Lacombe
Aládio Mafra

Ata da Centésima Décima Quarta Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional realizada por convocação extraordinária, em 07.02.85.